



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2025
PROCESSO N.º 19.11.0016.0030302/2024-70
ID CidadES N.º 2024.500M1300001.02.0020

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para prestação de serviços técnicos profissionais em avaliações de bens imóveis (e demais serviços correlatos), através de elaboração de laudos de avaliação de imóvel urbano, em modelo completo, com base na ABNT NBR 14653, para atender às demandas das unidades administrativas do MPES.

Critério de julgamento: MENOR PREÇO

Forma de Adjudicação: LOTE

Modo de disputa: ABERTO E FECHADO

Sistema de Registro de Preços: ☒ Sim ☐ Não

Licitação exclusiva para ME/EPP: ☒ Sim ☐ Não

Amostra/Demonstração? ☐ Sim ☒ Não

Sessão Pública de Disputa: 14h do dia 28/01/2025

Total estimado da contratação: R\$ 47.021,58 (quarenta e sete mil, vinte e um reais e cinquenta e oito centavos).

UASG: 926629 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OBSERVAÇÕES: Em caso de eventual diferença entre a(s) especificação(ões) do objeto descritas no “Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)” e as especificações constantes neste edital de pregão eletrônico, prevalecerão as últimas especificações.

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2025

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo - MPES, UASG 926629, CNPJ n.º 02.304.470/0001-74, sediado na Rua Procurador Antônio Benedito Amancio Pereira, 121, Santa Helena, Vitória/ES, CEP: 29.055-036, torna público que realizará licitação na modalidade “Pregão Eletrônico”, pelo critério “Menor Preço”, sob o sistema de REGISTRO DE PREÇOS, objetivando contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos profissionais em avaliações de bens imóveis (e demais serviços correlatos), através de elaboração de laudos de avaliação de imóvel urbano, em modelo completo, com base na ABNT NBR 14653, devidamente autorizado pelo Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral de Justiça. O pregão será realizado por Pregoeiro e Equipe de Apoio designados pelas Portarias n.º 102 a 111 de janeiro de 2024, de acordo com as disposições da Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O procedimento do Pregão Eletrônico será realizado por meio de sessão pública no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

1.2 Os trabalhos serão conduzidos por servidor integrante do quadro deste Ministério Público, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o aplicativo <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

1.3 Serão observados as seguintes datas e horários para os procedimentos:

DATA FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Às 14h do dia 28/01/2025

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h, do dia 28/01/2025

1.4 FORMALIZAÇÃO DE CONSULTA: (Informando o n.º da licitação).

E-mail: cpl@mpes.mp.br

Horário de expediente: Dias úteis, de segunda a sexta-feira, de 12h às 18h.

Os prazos licitatórios ficam suspensos nos feriados e pontos facultativos. Atentem-se aos prazos constantes no edital.

PORTARIA PGJ N.º 1468, de 02 de dezembro de 2024.– calendário anual de feriados e pontos facultativos do MPES referente ao exercício de 2025.

1.5 Local para esclarecimentos às empresas licitantes: Os pedidos de esclarecimentos quanto ao Edital e seus anexos poderão ser solicitados exclusivamente por meio eletrônico, de acordo com o art. 43 da Portaria PGJ n.º 1.133/2023, pelo e-mail cpl@mpes.mp.br, dirigido à Comissão Permanente de Licitação – CPL, até o dia 22/01/2025. Os esclarecimentos prestados à solicitante serão estendidos às demais licitantes adquirentes do Edital, até o dia 27/01/2025, na forma do item 1.6.

1.5.1 Não serão atendidas solicitações verbais.

1.6 Os esclarecimentos prestados às empresas licitantes, bem como eventuais alterações no edital, estarão disponíveis no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br>, não podendo as licitantes, em qualquer hipótese, alegarem desconhecimento dos mesmos, razão pela

qual os interessados devem consultar com frequência à página do certame.

1.7 Constituem **ANEXOS** ao presente Edital:

ANEXO I – Termo de Referência.

ANEXO II – Documentos para habilitação

ANEXO III - Modelo de Proposta

ANEXO IV – Dados complementares do representante.

ANEXO V - Declaração de conhecimento do local

ANEXO VI - Minuta de Ata de Registro de Preços.

1.8 - REFERÊNCIA DE TEMPO: HORÁRIO DE BRASÍLIA.

2 DO OBJETO

2.1 O presente pregão eletrônico tem por objeto o **Registro de Preços** para contratação de empresa especializada na **prestação de serviços técnicos profissionais em avaliações de bens imóveis (e demais serviços correlatos), através de elaboração de laudos de avaliação de imóvel urbano, em modelo completo, com base na ABNT NBR 14653**, conforme especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência, **ANEXO I** deste edital.

2.2 A arrematação será por grupo de itens, conforme tabela constante no item 6.8 deste Edital.

2.3 Os preços máximos admitidos para a presente licitação são os constantes no item 6.8 deste Edital.

3 DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas inerentes a este Pregão, correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias do Ministério Público do Estado do Espírito Santo e serão especificadas ao tempo da ordem de emissão de fornecimento.

4 DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1 - Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

4.1.1 - Os interessados deverão atender às condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

4.2 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.3 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.4 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4.5 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.6 Não poderão disputar esta licitação:

4.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tendo em vista a baixa complexidade do objeto a ser contratado;

4.6.3 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

4.6.4 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

4.6.5 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.6.6 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.6.7 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404/1976, concorrendo entre si;

4.6.8 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.6.9 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato servidor público estadual, independentemente de qual seja o órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 e arts. 221, XIX, da Lei Complementar Estadual nº 46/1994 e 35 da Constituição Estadual.

4.6.10 Empresas que se encontrem sob falência, em recuperação judicial (Lei nº 11.101), concurso de credores, liquidação ou dissolução;

4.6.10.1 Será aceita a participação de empresa em recuperação judicial, desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

4.7 O impedimento decorrente de sanção administrativa será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.8 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

4.9 O disposto nos itens acima não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

5.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.4 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.

5.5 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5.1 no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.5.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.6 A falsidade da declaração de que trata os itens acima sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.

5.7 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.8 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.9 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.10 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.10.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.10.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.11 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.12 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.13 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos campos indicados, até a data e horário estabelecidos.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.3 O licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.4 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.5 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.6 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.7 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.8 O **VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO** da presente contratação é de **R\$ 47.021,58 (quarenta e sete mil, vinte e um reais e cinquenta e oito centavos)**, sendo os **VALORES UNITÁRIOS MÁXIMOS ADMISSÍVEIS POR ITEM E GRUPO** os seguintes:

Item	Descrição	Unidade	Quantidade	VALOR UNITÁRIO R\$	SUBTOTAL R\$
1.1	Laudos de Avaliação de Imóveis de Edificações e Terrenos				
1.1.1	DESLOCAMENTO DE EQUIPE TÉCNICA	KM	7200	1,80	12.960,00
	Elaboração de laudos de avaliações modelo completo, com valores de terrenos e edificações individualizados, de acordo com a NBR - 14.653-02 e demais normas pertinentes.				
1.1.2	(OBS.: Para os casos de avaliação de terrenos sem quaisquer edificações ou benfeitorias relevantes, será aplicado um desconto de 10%, sobre o valor desse item da planilha orçamentária, referente ao grau de complexidade da atividade de Vistoria, conforme descrito no item 7.3.5 do Termo de Referência.)	und	18	1772,70	31.908,60
1.1.3	Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de responsabilidade técnica	Unidade	18	119,61	2.152,98
	TOTAL GERAL DOS LAUDOS DE AVALIAÇÃO				47.021,58

6.8.1 A proposta registrada no sistema deverá considerar o VALOR GLOBAL do lote.

6.8.2 OS VALORES UNITÁRIOS DOS ITENS NÃO PODERÃO ULTRAPASSAR OS VALORES UNITÁRIOS MÁXIMOS INFORMADOS NESTE ITEM.

6.8.3 Havendo divergências entre as especificações do código CATMAT e as do Edital, prevalecerão as do Edital.

6.9 A proposta somente poderá conter duas casas decimais.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.3 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4 O lance deverá ser ofertado pelo valor GLOBAL.

7.5 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.6 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutable.

7.8 Considerando que será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.8.1 - A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.8.2 - Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.3 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.8.4 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.8.5 Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.9 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.10 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.14 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

7.14.1 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.14.2 A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.14.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.14.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.15 - Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.15.1 - Havendo eventual empate, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei 14.133/2021.

7.16 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.16.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.16.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.16.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.16.4 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, **com valor unitário e total dos ITENS, conforme Anexo III deste edital**, juntamente com os **Dados Complementares, Anexo IV** deste Edital, e acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

7.16.5 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.16.6 Após o **prazo de 2 horas**, caso o licitante com a proposta melhor classificada não tenha encaminhado os documentos, o pregoeiro encerrará a convocação, ficando o licitante impossibilitado de encaminhar os mesmos e, consequentemente, sua proposta será DESCLASSIFICADA.

7.16.7 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 DA FASE DE JULGAMENTO

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e neste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://certidoes.cgu.gov.br>, <https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes>);

8.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também em nome de seus sócios majoritários, por força do art. 12 da Lei 8.429/1992, que prevê dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.3 Constatada a existência de sanção que inviabilize a participação ou contratação, o Pregoeiro reputará o licitante desclassificado, por falta de condição de participação.

8.4 - Será também desclassificada a proposta vencedora que:

8.4.1 contiver vícios insanáveis;

8.4.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.4.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.4.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.4.5 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.5 Erros no preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

8.5.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.5 - Após a verificação das condições dos itens antecedentes, a proposta e os documentos de habilitação serão apreciados, com auxílio do setor técnico demandante e, após análise, será declarado vencedor o licitante classificado em primeiro lugar, caso tenha atendido a todas as exigências do edital.

9 DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1 Os documentos previstos no **Termo de Referência, Anexo I e nas Exigências para Habilitação, Anexo II deste Edital**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2 Os documentos apresentados para habilitação **deverão estar** em nome da empresa licitante e com indicação do número do **CNPJ e endereço**.

a) Se o licitante for participar por meio da matriz, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

b) Se o licitante for participar por meio da filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto quando expressamente ampliada a validade para todos os estabelecimentos da empresa, matriz e filiais.

9.3 A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.3.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.4 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.4.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.5 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro.

9.6 Para fins de habilitação, a verificação pelo órgão promotor do certame nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões constitui meio legal de prova.

9.7 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.8 Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9 Se a proposta não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, ou se recusar a assinar o contrato, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente e a respectiva documentação de habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda às exigências do edital.

9.10 Nas hipóteses previstas no item anterior, o Pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido melhor preço, tendo sempre como parâmetro a menor oferta apresentada no certame.

10 DOS RECURSOS

10.1 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

10.2 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

10.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, por meio de solicitação através do e-mail da Comissão Permanente de Licitação: cpl@mpes.mp.br.

11 DA ADJUDICAÇÃO E DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

11.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará e homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto.

11.2 Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.

11.2.1 Considerando a adoção do processo eletrônico sei! (<https://sei.mpes.mp.br>), a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no sei! ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.

11.2.2 Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.

11.3 A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, nos termos do art. 90, § 1º, da Lei 14.133/2021, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

11.4 Caso adotado o Sistema de Registro de Preços, observar-se-á o procedimento de convocação e assinatura previsto no tópico específico, bem assim o disposto nos itens antecedentes quando da realização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

11.5 Para a formalização da contratação, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 - Após a homologação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções legais.

11.2 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que a solicitação seja tempestiva e devidamente justificada e a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.4 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.5 Na hipótese de inviabilidade técnica de publicação no PNCP, a publicação de que trata o caput deverá ocorrer no DIMPES - Diário Oficial do Ministério Público do estado do Espírito Santo.

11.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7 Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8 Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

11.8.1 - dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

11.8.2 - dos licitantes que mantiverem sua proposta original

11.9 - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

11.9.1 - A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

11.9.2 - Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

11.10 A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

11.10.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

11.10.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 51 e art. 52 do Decreto nº 5354-R/23.

11.11 Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

11.11.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

11.11.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1 Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei 14.133/2021, o licitante ou adjudicatário que, com dolo ou culpa:

12.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

12.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- 12.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 12.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 12.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 12.1.2.4 deixar de apresentar amostra, quando solicitado;
- 12.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 12.1.3 não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, ou recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 12.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 12.1.5 fraudar a licitação
- 12.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
- 12.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- 12.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- 12.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 12.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.
- 12.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013;
- 12.2 Reputar-se-á comportamento inidôneo, exemplificativamente, os tipificados nos arts. 337-F a 337-M do Código Penal e no art. 5º da Lei 12.846/2013, a declaração falsa quanto às condições de participação e quanto ao enquadramento como ME/EPP.
- 12.3 O licitante ou adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal e civil, às seguintes sanções:
- 12.3.1 advertência;
- 12.3.2 multa de 0,5% até 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado para os lotes em que participou o licitante;
- 12.3.3 impedimento de licitar e contratar; e
- 12.3.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 12.4 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 12.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se além da disciplina legal e regulamentar, o disposto no Termo de Contrato ou no Termo de Referência quanto ao procedimento e outras condições.
- 12.6 As sanções por atos praticados durante a execução do contrato estão previstas no Termo de Contrato ou no Termo de Referência.

13 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 13.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da legislação, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame, isto é, até a data de **22/01/2025**.
- 13.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 13.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, enviadas para o e-mail **cpl@mpes.mp.br, tornando-se efetiva com a confirmação por meio de e-mail encaminhado pela CPL atestando o recebimento**. Somente serão aceitas impugnações assinadas pelo(s) impugnante(s).
- 13.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 13.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 13.5 Caso o Pregoeiro decida pela improcedência da impugnação ao ato convocatório, deverá encaminhar o processo para a Autoridade Competente – Ordenadora da Despesa – a quem competirá, nesse caso, ratificar ou alterar a decisão do Pregoeiro.
- 13.6 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 13.7 Qualquer modificação no edital será divulgada pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

14 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 14.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 14.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 14.4 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.5 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.6 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.8 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

14.9 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

14.10 O Ministério Público - ES publicará o extrato da homologação da licitação, no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (DIMPES).

14.11 Os casos omissos serão decididos pela Pregoeiro em conformidade com as disposições constantes das Legislações citadas neste edital.

14.12 O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o local da realização do certame, considerado aquele a que está vinculada a Pregoeiro.

14.13 O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico **www.mpes.mp.br** no menu "Licitações", na opção "Pregão Eletrônico".

Eduardo da Silva Krüger
Pregoeiro MPES

Elda Márcia Moraes Spedo
Subprocuradora-Geral de Justiça Administrativa

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

SUMÁRIO

1. DESCRIÇÃO GERAL

- 1.1. OBJETO
- 1.2. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO COMO COMUM
- 1.3. DIVISÃO EM LOTES
- 1.4. DEFINIÇÃO DOS QUANTITATIVOS
- 1.5. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
- 1.6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VIGÊNCIA
- 1.7. ADESÃO À ATA POR OUTROS ÓRGÃOS
- 1.8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS
- 1.9. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO
- 1.10. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DA OBJETO

2. FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 2.1. FORMA DE SELEÇÃO
- 2.2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

3. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

- 3.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

- 3.2. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
- 3.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:
- 4.2. REQUISITOS RELACIONADOS A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO:
- 4.3. REQUISITOS DE GARANTIA CONTRATUAL:
- 4.4. REQUISITOS RELACIONADOS A TRANSIÇÃO CONTRATUAL:
- 4.5. REQUISITOS RELACIONADOS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA DO SERVIÇO OU MATERIAL
- 4.6. REQUISITOS RELACIONADOS A VISTORIA:
- 4.7. REQUISITOS OBRIGACIONAIS DA CONTRATANTE.
- 4.8. REQUISITOS OBRIGACIONAIS DA CONTRATADA

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

- 5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
- 5.2. ORDEM DE SERVIÇO E PRAZOS
- 5.3. DOCUMENTAÇÃO E VISTORIA
- 5.4. PESQUISA DE MERCADO
- 5.5. ELABORAÇÃO DOS LAUDOS
- 5.6. HOMOLOGAÇÃO E GARANTIAS DOS SERVIÇOS
- 5.7. METODOLOGIA E NORMATIZAÇÃO

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS
- 6.2. ATRIBUIÇÕES DOS GESTORES E FISCAIS DO CONTRATO

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO, RECEBIMENTO E SANÇÕES

- 7.1. CONDIÇÕES GERAIS
- 7.2. CRITÉRIO DE REMUNERAÇÃO
- 7.3. VALORES DO HONORÁRIOS:
- 7.4. REMUNERAÇÃO DOS DESLOCAMENTOS:
- 7.5. PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:
- 7.6. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS LAUDOS
- 7.7. DO RECEBIMENTO
- 7.8. DA LIQUIDAÇÃO
- 7.9. PRAZO DE PAGAMENTO
- 7.10. FORMA DE PAGAMENTO
- 7.11. DO REAJUSTE
- 7.12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8. LISTA DE ANEXOS

- 8.1. ANEXO I – PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS E COMPOSIÇÕES

9. MATRIZ DE RESPONSÁVEIS

10. INFORMAÇÕES A SEREM PREENCHIDAS PARA O MÓDULO CIDADES

1.DESCRICÃO GERAL

1.1.OBJETO

1.1.1.Sistema de registro de preços para prestação de serviços técnicos profissionais em avaliações de bens imóveis (e demais serviços correlatos), através de elaboração de laudos de avaliação de imóvel urbano, em modelo completo, com base na ABNT NBR 14653 e conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento e em seus anexos.

1.2.CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO COMO COMUM

1.2.1.Para fins de aplicação do disposto no art. 3º, inciso II, do Decreto nº 10.024/2019, combinado com a **alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º da Lei 14.133/2021**, considerando que os serviços/materiais/bens ora propostos: (a) tem um padrão de desempenho e qualidade; (b) tal padrão de desempenho e qualidade pode ser objetivamente definido em edital; e (c) tal objetividade resulta de especificações usuais no mercado; (d) são serviços de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade; compreende-se que o presente objeto de estudo caracteriza bem comum.

1.2.2.A Administração contrata os serviços de engenharia de avaliação de imóveis pelo sistema de registro de preços, tendo em vista que os laudos de avaliação de imóveis atendem aos seguintes requisitos (Lei 14.133/2021, Art. 85):

1.2.2.1.I – Existência de laudo padronizado, sem grande complexidade técnica e operacional, haja vista que se dispõem de softwares que executam as tarefas mais complexas;

1.2.2.2.II – Necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

1.3. DIVISÃO EM LOTES

1.3.1.O parcelamento em lotes não é necessário para a contratação, pois a gestão e o controle do processo ficam mais eficientes e simplificados.

1.3.2.Em primeiro lugar, porque a quantidade de demandas é pequena (cerca de 1 laudo mensal) e insuficiente para a contratação em mais de um lote.

1.3.3.Ao optar por uma contratação única, facilita-se a comunicação e a supervisão das atividades, garantindo a consistência e a eficiência no serviço prestado. Isso promove uma gestão mais direta e eficaz do projeto.

1.3.4. Vale ressaltar que ao optar por uma contratação única, é possível estabelecer um relacionamento mais sólido e contínuo com a empresa prestadora de serviços. Isso garante que todos os aspectos da avaliação sejam geridos de forma integrada, sem interrupções ou variações no processo. Isso também pode proporcionar uma melhor negociação de termos e condições, e permitir uma gestão mais eficaz do projeto e do tempo, evitando a complexidade administrativa e operacional associada ao parcelamento.

1.4.DEFINIÇÃO DOS QUANTITATIVOS

1.4.1.Os quantitativos para a contratação estão estabelecidos na planilha do ANEXO I.

1.4.2. Por se tratar de sistema de registro de preços, vale informar que nesta contratação pretendida o quantitativo mínimo a ser solicitado é de 1 laudo de avaliação e o quantitativo máximo é de 18 (dezoito) laudos de avaliação (Item 1.1.2 e 1.1.3 da planilha). Em relação ao item 1.1.1 da planilha orçamentária presente no ANEXO I não é possível prever o mínimo em razão da natureza imprevisível de onde será necessário executar o serviço.

1.4.3.Os quantitativos para a contratação foram baseados na observação da utilização histórica dos serviços nos últimos exercícios, conforme exposto abaixo:

1.4.3.1.Contrato nº 047/2021 firmado com a empresa JMT consultoria LTDA, cujo objeto é o registro de preços para eventual prestação de serviços técnicos profissionais em avaliações de bens imóveis e demais serviços correlatos, através da elaboração de laudos de avaliação de imóvel urbano, em modelo completo, conforme NBR 14653. Valor: R\$ 5.520,62 (cinco mil quinhentos e vinte reais e sessenta e dois centavos);

1.4.3.2.Contrato nº 026/2021 firmado com a empresa Consulting engenharia S/S LTDA, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos profissionais de elaboração de laudo de avaliação de dois imóveis. Valor: R\$ 4002,80 (quatro mil e dois reais e oitenta centavos);

1.4.3.3.Contrato nº 061/2020 firmado com a empresa Master Survey Engenharia e Consultoria - EPP, cujo objeto é a prestação de serviços técnicos profissionais de elaboração de laudo de avaliação para atendimento às necessidades da Promotoria de Justiça de Colatina, Procuradoria-Geral Justiça e do GAECO. Valor: R\$ 6.616,08 (seis mil seiscentos e dezesseis reais e oito centavos).

1.4.3.4.Ata de Registro de Preços nº 020/2019 firmado com a empresa CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO EIRELI - EPP, cujo objeto é registro de preços para eventual prestação de serviços técnicos profissionais em avaliações de bens imóveis e demais serviços correlatos, através da elaboração de laudos de avaliação de imóvel urbano, em modelo completo, conforme NBR 14653. Valor: R\$ 68.389,96 (Sessenta e oito mil reais, trezentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos).

1.4.3.5.Ata de Registro de Preços nº 001/2022 firmado com a empresa ARTCOP PLOTAGEM SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA ME, cujo objeto é registro de preços para eventual prestação de serviços técnicos profissionais em avaliações de bens imóveis e demais serviços correlatos, através da elaboração de laudos de avaliação de imóvel urbano, em modelo completo, conforme NBR 14653. Valor: R\$ 11.980,00 (onze mil novecentos e oitenta reais).

1.4.3.6.Ata de Registro de Preços nº 037/2022 firmado com a empresa PR1 ENGENHARIA LTDA ME, cujo objeto é registro de preços para eventual prestação de serviços técnicos profissionais em avaliações de bens imóveis e demais serviços correlatos, através da elaboração de laudos de avaliação de imóvel urbano, em modelo completo, conforme NBR 14653. Valor: R\$ 29.510,12 (Vinte e nove mil quinhentos e dez reais e doze centavos).

1.4.3.7.Ata de Registro de Preços nº 001/2024 firmado com a empresa CMP CONSTRUTORA MARCELINO PORTO LTDA EPP, cujo objeto é registro de preços para eventual prestação de serviços técnicos profissionais em avaliações de bens imóveis e demais serviços correlatos, através da elaboração de laudos de avaliação de imóvel urbano, em modelo completo, conforme NBR 14653. Valor: R\$ 34.309,24 (Trinta e quatro mil trezentos e nove reais e vinte e quatro centavos).

1.4.3.8. O licitante não poderá ofertar proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste termo de referência, obrigando-se nos limites dela, na forma do artigo 82 da Lei nº 14.133/2021.

1.5. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

1.5.1. A determinação do preço máximo global aceitável, assim como dos limites de cada item e subitem, foi estabelecida através de composições de custo elaboradas com insumos provenientes de Tabelas de Preços Oficiais, provenientes de bases públicas como: TCPO (Tabela de composição de Preços para Orçamentos - PINI), Orçamento de Obras de Sergipe – ORSE, DER-ES (Departamento de Edificações e Rodovias do Espírito Santo).

1.5.2. O valor máximo para a contratação dos serviços objetos desta Ata de Registro de Preços será de **R\$ 47.021,58 (quarenta e sete mil, vinte e um reais e cinquenta e oito centavos), conforme demonstrado no ANEXO I.**

1.5.3. Portanto, com base no histórico acima estima-se a necessidade de contratar até no máximo 18 (dezoito) laudos de avaliação totalizando um valor estimado de R\$ 47.021,58 (quarenta e sete mil, vinte e um reais e cinquenta e oito centavos).

1.5.4. Para a análise da proposta mais vantajosa no certame licitatório, deverão ser preservadas as quantidades indicadas, devendo os licitantes apenas ofertar o valor unitário correspondente a cada serviço da Planilha orçamentária do ANEXO I.

1.6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA e VIGÊNCIA

1.6.1. Registra-se que os recursos necessários para a contratação foram consignados no Planejamento Orçamentário da Coordenação de Engenharia, para o ano de 2024 na UG (MPES), Atividade: 03.122.0048.2020 – Administração da Unidade, Natureza de despesa: 3.3.90.39.00 - Outros serviços de terceiros - Pessoa Jurídica.

1.6.2. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à publicação do extrato da ARP no Diário Oficial do Ministério Público do Estado Espírito Santo - DIMPES e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

1.6.3. Ano previsto para a finalização da contratação: 2026.

1.7. ADESÃO À ATA POR OUTROS ÓRGÃOS

1.7.1. Não será permitida adesões à Ata de Registro de Preços. O ente gerenciador será o único contratante, restando impossibilitada a adesão, por outro órgão ou entidade não participante, considerando que a inclusão de mais órgãos públicos aumentaria significativamente a complexidade administrativa do processo de gerenciamento da Ata de registro de preços, resultando em uma carga de trabalho adicional, exigindo recursos extraordinários para lidar com as solicitações e demandas de múltiplos órgãos, impedindo que o gerenciador concentre seus esforços em garantir resultados eficazes e eficientes ao órgão gerenciador, face a permissão prevista no §1º, do art. 86, da Lei nº 14.133/2021.

1.8. PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS

1.8.1. Não será permitida a participação de consórcio de empresas.

1.9. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.9.1. A contratação pretendida através deste Termo de Referência tem por finalidade o atendimento à (s) demanda (s) da Administração Superior, quanto a avaliações de imóveis urbanos, objetivando, assim, a ampliação e a gestão da estrutura imobiliária do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, tanto para locação, doação, reversão de doação, levantamento patrimonial, desapropriação e eventual aquisição de imóvel.

1.9.2. Destacamos que a Coordenação de Engenharia desempenha as atividades de elaboração e/ou gerenciamento de projetos arquitetônico, complementares e estrutural das obras e reformas do MPES, elaboração de orçamentos, elaboração de termo de referência e para contratação de todos os contratos relativos a manutenção, gestão e fiscalização de obras e reformas, aquisição de material de consumo, mobiliário planejado, gestão dos patrimônios dos aparelhos de ar-condicionado, fiscalização de todos os objetos mencionados, realização de vistorias técnicas e Gestão administrativa. Por tais razões e considerando o atual quadro de servidores técnicos desta Coordenação de Engenharia, tornasse inviável que esses servidores possam assumir outras obrigações além daquelas já desempenhadas.

1.9.3. Ainda que fosse possível a execução dessa atividade, mesmo que forma excepcional, toda técnica a ser desenvolvida, isto é, a elaboração de Laudos Técnicos para avaliação de imóveis requer dedicação exclusiva por parte do profissional habilitado.

1.9.4. Por outra vertente, temos que o certame por Sistema de Registro de Preço facilitará e possibilitará vantagens à Administração quanto à real demanda dos serviços a serem executados, que serão solicitados à medida das necessidades deste MPES por intermédio desta Coordenação de Engenharia e da Administração Superior, não estando este instrumento vinculado ao máximo do quantitativo estimado, proporcionando maior agilidade na contratação e economicidade por não ser necessário prévio bloqueio orçamentário para realização de ato licitatório e transparência no uso dos recursos públicos.

1.9.5. Relativamente ao tipo de atividade e as características dos trabalhos a serem executados, verifica-se a necessidade de mão de obra técnica especializada para o atendimento às diligências solicitadas a esta Coordenação de Engenharia.

1.9.6. A avaliação técnica de bens imóveis desempenha um papel fundamental na tomada de decisões informadas sobre transações imobiliárias, investimentos e gerenciamento de ativos. Laudos precisos fornecem dados essenciais para negociações, obtenção de financiamentos e avaliações de ativos para balanços financeiros, assegurando que as decisões sejam baseadas em informações confiáveis. Imóveis, sendo ativos significativos, estão sujeitos a variações de mercado e condições imprevistas. Uma avaliação técnica adequada ajuda a identificar e mitigar riscos associados à compra, venda ou manutenção de imóveis, com profissionais especializados capazes de identificar potenciais problemas e fornecer recomendações para evitar futuros litígios ou prejuízos financeiros.

1.9.7. Além disso, avaliações de imóveis são frequentemente exigidas por regulamentos legais, processos judiciais ou cláusulas contratuais. A contratação de uma empresa qualificada garante que todos os requisitos legais sejam atendidos e que a documentação necessária seja fornecida de maneira adequada e dentro dos prazos estabelecidos. Empresas especializadas em avaliações imobiliárias possuem a experiência e os recursos necessários para realizar as avaliações de forma eficiente e com o nível de detalhamento exigido. A contratação desses serviços permite que a organização se concentre em suas atividades principais enquanto delega a tarefa de avaliação a especialistas com ferramentas e conhecimentos avançados. Portanto, a contratação é essencial para garantir a precisão, apoiar a tomada de decisões estratégicas, minimizar riscos associados a transações imobiliárias e atender a requisitos legais e contratuais, assegurando a qualidade e a eficácia das avaliações realizadas. Dada a natureza e as características dos trabalhos a serem executados, a necessidade de mão de obra técnica especializada é evidente para o atendimento às diligências solicitadas a esta Coordenação de Engenharia.

1.10.DESCRICÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DA OBJETO

1.10.1.A solução proposta envolve a contratação de uma empresa especializada em avaliações de bens imóveis para assegurar a precisão e confiabilidade dos valores atribuídos aos imóveis avaliados. Para tanto, a empresa deve seguir metodologias atualizadas e conformidade com normas e regulamentações relevantes, fornecendo relatórios detalhados e objetivos. O foco é garantir que as avaliações reflitam o valor real de mercado dos imóveis, apoiando decisões estratégicas e promovendo a transparência e a imparcialidade no processo.

2.FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.1.FORMA DE SELEÇÃO

2.1.1.O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA.

2.2.CRITÉRIO DE JULGAMENTO

2.2.1.O critério de julgamento será o de MENOR PREÇO.

3.EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO

3.1.HABILITAÇÃO JURÍDICA

3.1.1.**Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

3.1.2.**Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal** – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.1.3.**Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

3.1.4.**Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

3.1.5.**Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

3.1.6.Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

3.2.HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

3.2.1.Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

3.2.2.Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

3.2.3.Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

3.2.4.Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

3.2.5.Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.2.6.Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor e do Estado do Espírito Santo, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;"

3.2.7.Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.2.8.O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

3.2.9.Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME n.º 116, de 2021), ou de sociedade simples;

3.2.10.Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei n.º 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

3.2.11. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

3.2.11.1.I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

3.2.11.2.II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

3.2.11.3.III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

3.2.12. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 50 % do valor total estimado da contratação.

3.2.13. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

3.2.14. O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

3.2.15. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

3.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.3.1. A empresa deverá apresentar:

3.3.1.1. Certidão de registro de pessoa jurídica no CREA / CAU, em nome da licitante, válida na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com o objeto do Edital, emitida pela jurisdição da sede da licitante;

3.3.1.2. Comprovação de registro ou inscrição do profissional de nível superior indicado como Responsável Técnico pela execução dos serviços na entidade profissional competente;

3.3.1.3. Apresentação de atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, que comprove aptidão para desempenho de atividades pertinentes e compatível em características com o objeto da licitação, no qual deverá constar, ainda, se ele foi ou está sendo executado de modo satisfatório;

3.3.1.4. Comprovação do licitante de possuir em seu quadro técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviços cujo as características sejam semelhantes ao objeto deste Termo de Referência;

3.3.1.5. No que concerne Capacitação Técnico-Profissional, de modo a comprovar que o profissional indicado nos atestados faz parte do quadro funcional da licitante, serão aceitas documentação comprobatória de vínculo empregatício ou contratual civil com a empresa participante, bem como a participação do profissional no grupo societário da licitante, na data prevista para entrega da proposta;

3.3.1.6. O profissional indicado na fase licitatória deverá ser o responsável técnico da execução dos serviços após a contratação, sendo uma eventual substituição do responsável técnico admitida em casos fortuitos devidamente justificados.

3.3.1.7. O potencial substituto deverá apresentar os documentos necessários à comprovação de que sua qualificação técnica é igual ou superior à exigida no edital da licitação. A Coordenação de Engenharia poderá, após juízo de admissibilidade, impugnar o substituto, demandando que a Contratada selecione profissional diverso.

3.3.1.8. Apresentar certificado de curso de avaliação de imóveis urbanos, que possua carga horária mínima de 20 horas, que contemple em seu programa de conteúdo a capacitação em inferência estatística aplicada à avaliação. A Administração reserva-se o direito de, caso julgar necessário, proceder a diligências junto aos Órgãos emissores das certidões, bem como solicitar esclarecimentos ou informações complementares relativas a quaisquer dos documentos apresentados.

4. REQUISITOS GERAIS DA CONTRATAÇÃO

4.1. REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE:

4.1.1. Sempre que possível, a empresa deve adotar práticas que minimizem o impacto ambiental, implementando políticas de redução de resíduos, uso eficiente de recursos naturais e reciclagem de materiais. É essencial aplicar softwares que reduzam o uso de papel e utilizar equipamentos com baixo consumo energético. As avaliações devem considerar fatores ambientais que podem afetar o valor dos imóveis, como eficiência energética e impacto ambiental das construções. Além disso, a empresa deve comprometer-se com práticas éticas de negócios, relatórios de responsabilidade social e cumprimento de normas trabalhistas e de direitos humanos. Integrar esses requisitos de sustentabilidade assegura que a empresa ofereça serviços de avaliação de imóveis de alta qualidade e contribua para a preservação ambiental e desenvolvimento sustentável, refletindo uma abordagem responsável e ética.

4.2. REQUISITOS RELACIONADOS A SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO:

4.2.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3. REQUISITOS DE GARANTIA CONTRATUAL:

4.3.1. Não haverá exigência das garantias da contratação previstas nos Art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões a seguir: A ARP serve como um compromisso de que o órgão ou entidade pública possa adquirir os produtos listados na ATA, caso necessite. Portanto, desde que sejam respeitados os preços e as condições nela estabelecidos, não faz sentido uma exigência explícita de garantia contratual para os fornecedores participantes de uma ata de registro de preços.

4.4. REQUISITOS RELACIONADOS A TRANSIÇÃO CONTRATUAL:

4.4.1. Não se aplica à presente contratação.

4.5. REQUISITOS RELACIONADOS A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E GARANTIA DO SERVIÇO OU MATERIAL

4.5.1. Conforme garantias estabelecidas no capítulo “Modelo de execução do objeto” e no capítulo “Requisitos obrigacionais da contratada”.

4.6. REQUISITOS RELACIONADOS A VISTORIA:

4.6.1. Não se aplica à presente contratação.

4.7. REQUISITOS OBRIGACIONAIS DA CONTRATANTE.

4.7.1. Pagar à CONTRATADA o preço estabelecido, nos termos do Contrato;

4.7.2. Efetuar os pagamentos das notas fiscais apresentadas pela CONTRATADA, conforme o prazo e as condições estabelecidos no presente instrumento, prestando as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados por ela;

4.7.3. Permitir acesso dos empregados da CONTRATADA às suas dependências, para entrega dos bens/materiais ou execução dos serviços referentes ao objeto;

4.7.4. Rejeitar os bens/materiais ou serviços que não atendam aos requisitos constantes às especificações do Termo de Referência, notificando a CONTRATADA por escrito sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias, sob pena de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei 14133/2021;

4.7.5. Emitir, por intermédio da Administração do MPES, pareceres sobre os atos relativos à execução do contrato, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Termo de Referência e à proposta de aplicação de sanções;

4.7.6. Tornar disponíveis as instalações e os equipamentos necessários à prestação dos serviços, quando for o caso.

4.8. REQUISITOS OBRIGACIONAIS DA CONTRATADA

4.8.1. SOBRE GESTÃO, RESPONSABILIDADES E GARANTIAS DOS SERVIÇOS

4.8.1.1. Indicar, no início da execução contratual, preposto, aceito pela administração, para representá-la na execução do contrato.

4.8.1.2. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução contratual;

4.8.1.3. Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal, jurídica, técnica e econômica;

4.8.1.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e decréscimos que se fizerem necessários ao atendimento da necessidade do CONTRATANTE, nos termos da Lei 14.133/2021.

4.8.1.5. Atender no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, quaisquer notificações do MPES, relativas a irregularidades praticadas por seus empregados, bem como ao descumprimento de qualquer obrigação contratual, acatando as exigências do CONTRATANTE, sujeitando-se a sua ampla fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

4.8.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;

4.8.1.7. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

4.8.1.8. Não disponibilizar empregados, em funções de chefia, que incidam nas vedações dos artigos 1º e 2º da Resolução n.º 177, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público;

4.8.1.9. Comunicar ao gestor do contrato da CONTRATANTE, por escrito e verbalmente, qualquer anormalidade de caráter urgente, que venha a afetar o andamento dos trabalhos e prestar os devidos esclarecimentos que lhes julgar necessários;

4.8.1.10. Registrar as ocorrências havidas durante a execução do presente contrato, dando ciência ao MPES, respondendo integralmente por sua omissão.

4.8.1.11. Os empregados designados pela CONTRATADA devem prestar os serviços de acordo com as especificações, cumprir as normas internas da CONTRATANTE e do serviço público, tratar com urbanidade e polidez o público em geral, os membros e os servidores da unidade em que estiverem atuando;

4.8.1.12. Esclarecer prontamente à CONTRATANTE, as questões relativas aos trabalhos desenvolvidos, quando solicitada e corrigir os serviços que vierem a apresentar alguma imperfeição;

4.8.1.13. Respeitar os horários pré-determinados para a execução de seus serviços e observar as normas internas e recomendações da CONTRATANTE principalmente as que forem referentes à Segurança do Trabalho - EPI's, prevenção contra incêndio, disciplina de pessoal, entrada e saída de materiais e/ou pessoas;

4.8.1.14. Paralisar, seja por determinação do Contratante, seja por autorresponsabilidade, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.8.1.15. Responder pelos postulados vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como assegurar os direitos e cumprimentos de todas as obrigações estabelecidas por regulamentação específica do setor em que atua, obrigando-se a prestar o serviço em conformidade com os padrões de qualidade e normas expedidas para o setor;

4.8.1.16. Deverão ser respeitadas e cumpridas todas as exigências relativas à Saúde, Segurança (uso correto e obrigatório de EPI's e EPC's – Equipamentos de Proteção Individual e Coletivo, que deverão ser fornecidos exclusivamente pela empresa contratada) e Medicina do trabalho, bem como as Normas Internas desta Instituição.

4.8.1.17. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quanto da execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

4.8.1.18. Responsabilizar-se pelo pagamento de multas e emolumentos cuja incidência se relacione com o serviço objeto contratado e arcar com todas as responsabilidades decorrentes do objeto licitado, nos termos do Código Civil Brasileiro, abstendo-se de ceder, alienar, dar em garantia, transferir ou de gravar de ônus, no todo ou em parte, créditos decorrentes deste contrato;

4.8.1.19. Responder por todos os ônus, encargos sociais e trabalhistas, tributos, taxas, seguros, contribuições e indenizações decorrentes da regular prestação dos serviços;

4.8.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.8.1.21. Zelar pelo sigilo das informações da CONTRATANTE, a que tenha acesso em decorrência da relação contratual, observando as regras de segurança de informação desta Instituição;

4.8.1.22. É proibido à empresa contratada divulgar, inclusive aos proprietários dos imóveis, os valores de avaliação e as informações dos documentos produzidos (laudos, pareceres etc.), bem como quaisquer informações contidas na documentação fornecida pelo MPES. A não observância dessa proibição constitui falta grave podendo ensejar rescisão contratual.

4.8.1.23. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. CARACTERIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1.1. A contratação dos serviços será realizada por meio de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme especificado na Planilha Orçamentária anexada como ANEXO I deste Termo de Referência. Para apresentar sua proposta, o licitante deve revisar cuidadosamente o Termo de Referência, evitando omissões que poderiam levar a alegações de acréscimos de preços, alterações na data de execução ou na qualidade dos serviços. O licitante não poderá alegar omissões para justificar qualquer alteração nas condições previamente estabelecidas.

5.1.2. Trata-se de um serviço que será executado por demanda, ou seja, os Laudos serão solicitados conforme postulado pela Administração Superior deste Ministério Público.

5.1.3. Os serviços especificados no Contrato não excluem outros, de idêntica natureza, que porventura se façam necessários para a boa execução da tarefa estabelecida por este Órgão, obrigando-se a Contratada a executá-los prontamente como parte integrante de suas obrigações.

5.2. ORDEM DE SERVIÇO E PRAZOS

5.2.1. A elaboração dos Laudos técnicos poderá ser solicitada pelo gestor e/ou fiscal do contrato e será feita sob a forma de Ordem de Serviço, através de reunião convocada na Coordenação de Engenharia, por contato telefônico ou mensagem eletrônica.

5.2.2. O(s) serviço(s) deverá (ão) ser iniciado (s) imediatamente após o recebimento da Ordem de Serviço, emitida pela Coordenação de Engenharia - COEN.

5.2.3. Iniciados os serviços, deve a Contratada conduzi-los contínua e regularmente, dentro do cronograma estabelecido pelo gestor/fiscal do contrato.

5.2.4. Caso seja detectado que o prazo acordado inicialmente não seja suficiente para a elaboração dos trabalhos, devido a alguma particularidade inerente ao caso, a CONTRATADA deverá solicitar formalmente à fiscalização do contrato a dilação do prazo, apresentando suas justificativas verbalmente e por escrito, sob juízo de admissibilidade da Coordenação de Engenharia.

5.2.5. O Laudo de avaliação deverá obedecer aos critérios do MAV – Manual de Orientações Técnicas de Avaliação de Bens, que se encontra disponível na Secretaria Estadual de Gestão de Recursos Humanos – SEGER/ES, à NBR 14653 e equiparações. Sendo assim, será necessário atender em até cinco (05) dias úteis qualquer solicitação de alteração ou esclarecimentos solicitados pela Comissão de avaliação bens imóveis (CABI) que irá homologar o laudo ou pela Coordenação de Engenharia-MPES.

5.3. DOCUMENTAÇÃO E VISTORIA

5.3.1. Cabe ao engenheiro de avaliações solicitar ao contratante ou interessado o fornecimento da documentação relativa ao bem, necessária à realização do trabalho.

5.3.2. Nenhuma avaliação poderá prescindir da vistoria, pois, conforme cláusula 7.3.2 da ABNT NBR 14653-1, a vistoria deve ser efetuada pelo engenheiro de avaliações com o objetivo de conhecer e caracterizar o bem avaliando e sua adequação ao seu segmento de mercado, daí resultando condições para a orientação da coleta de dados. Nesse contexto, vale destacar que todos os imóveis a serem avaliados devem ser vistoriados externamente e internamente pelo profissional responsável técnico pelo trabalho com comprovação através de registro fotográfico selfie, não sendo permitida a transferência da vistoria a terceiros.

5.3.3. A realização da vistoria sempre demandará a elaboração de um relatório fotográfico que deverá constar o registro fotográfico selfie. Caso não seja possível a execução da vistoria, tal fato deverá ser comunicado a Coordenação de Engenharia - MPES imediatamente por escrito.

5.3.4. A vistoria interna ao avaliando, deve sempre ser realizada, pois é considerada imprescindível para a caracterização do imóvel e verificação de suas condições.

5.3.5. Onde não seja possível o acesso ao bem, admite-se a adoção da denominada “situação paradigma”, desde que previamente acordada, justificada e explicitada no laudo.

5.3.6. Dúvidas com respeito a data, autorização de acesso, contatos locais, entre outros, para a vistoria, deverão ser esclarecidas previamente com o Gestor/Fiscal do Contrato.

5.4. PESQUISA DE MERCADO

5.4.1. O levantamento de dados de mercado é o ponto mais importante em uma avaliação, pois é a partir dele que se obtém uma amostragem válida, confiável e representativa do mercado imobiliário local. Portanto, esse levantamento deve ser realizado com plenos conhecimentos da situação física, econômica, mercadológica e outros possíveis aspectos que possam estar influenciando no valor do imóvel (variáveis).

5.4.2. A pesquisa é de responsabilidade do autor do laudo, não cabendo sua atribuição a terceiros. No caso de eventual utilização de banco de dados de terceiros, os elementos deverão ser conferidos e confirmados junto às fontes, passando o autor do laudo a assumir a responsabilidade pela pesquisa.

5.4.3. Deverá compor anexo obrigatório ao laudo uma tabela dos dados pesquisados, onde os elementos amostrais deverão estar perfeitamente descritos (endereço, características, detalhes, atributos utilizados como variáveis ou como fatores de homogeneização, etc.), com respectivas datas e informação das fontes (nome,

telefone ou outro contato de fácil acesso).

5.4.4. As fontes citadas devem ser obrigatoriamente originais.

5.5. ELABORAÇÃO DOS LAUDOS

5.5.1. A apresentação do laudo deve seguir o modelo padrão contido no ANEXO II do MAV - Manual de avaliações de bens imóveis do estado do Espírito Santo, inclusive na forma de numeração dos anexos. Cada anexo deverá ter título e número na sua primeira página.

5.5.2. O Laudo de avaliação deverá obedecer aos critérios do MAV – Manual de Orientações Técnicas de Avaliação de Bens, que se encontra disponível na Secretaria Estadual de Gestão de Recursos Humanos – SEGER/ES, à NBR 14563 e equiparações.

5.5.3. O Laudo desenvolvido deverá conter um diagnóstico de mercado, refletindo as perspectivas de comercialização do bem imóvel, assim como os fatores que influenciam positiva e negativamente a sua comercialização.

5.5.4. Na apresentação dos dados comparativos de mercado, deve constar o endereço completo de cada dado amostral (nome da rua, número e bairro ou suas coordenadas geográficas) ou justificar nos casos em que isso não for possível, de forma a ser possível a identificação e a aferição da localização de cada dado amostral utilizado no modelo.

5.5.5. O laudo deverá conter um croqui com a localização de todos os dados amostrais e do bem avaliando.

5.5.6. O modelo matemático desenvolvido deverá levar em conta devidamente e suficientemente as características concretas e específicas do objeto submetido à avaliação.

5.5.7. Deverão serem demonstrados todos os cálculos, tabelas, pesquisas e fontes que levaram à convicção do valor.

5.5.8. Cada Laudo de avaliação a ser efetuado deverá ser assinado por profissional de Engenharia ou Arquitetura legalmente habilitado, conforme preceitua a NBR 14653 e deverá vir acompanhado da respectiva ART/RRT (Anotação de Responsabilidade Técnica ou Registro de Responsabilidade Técnica) quitada e assinada.

5.6. HOMOLOGAÇÃO E GARANTIAS DOS SERVIÇOS

5.6.1. Todos os Laudos executados serão submetidos à CABI/MPES para sua homologação. A comissão de avaliação CABI se reserva o direito de solicitar quantas revisões forem necessárias para obtenção da homologação.

5.6.2. A empresa deverá seguir o prazo estipulado pelo MPES para correção de qualquer tipo de inconformidade apontada. Tais revisões, acaso pretendidas pela Coordenação de Engenharia ou pela CABI, não representarão custos à CONTRATANTE.

5.6.3. Por ocasião da execução final dos serviços, caso seja detectada, pela CABI ou pela Coordenação de Engenharia – COEN, a não observância ao MAV e à ABNT NBR 14653 ou o imperfeito acabamento da execução dos mesmos, poderá o MPES rejeitá-los, obrigando-se a Contratada a providenciar adequação do serviço no mesmo prazo máximo de cinco (05) dias úteis, podendo este prazo ser postergado mediante parecer emitido pela contratada justificando a dilação para a finalização de serviços (de maior complexidade técnica), bem como é facultada a COEN a promoção de diligência(s) destinada(s) a esclarecer ou a complementar a instrução e execução do(s) serviço(s).

5.6.4. O Laudo de Avaliação tem validade para a data de referência nele constante. Como a previsão de prazo de validade de trabalhos avaliatórios extrapola as possibilidades das Normas Técnicas da ABNT, assim como outros Entes Públicos, O MPES reserva a si o direito de estipular sua validade administrativa para o período de até 18 (dezoito) meses a partir da sua expedição, sendo possível a prorrogação, ou antecipação por fato superveniente que o justifique.

5.7. METODOLOGIA E NORMATIZAÇÃO

5.7.1. A contratação visa a elaboração de Laudo de avaliação, em modelo completo, com graus de fundamentação e precisão evidenciados em atendimento a todas as exigências da ABNT, Norma NBR 14653, devidamente justificado pelo Responsável Técnico, com saneamento de dados de tratamento científico por inferência estatística, preferencialmente. Em casos específicos e justificados, a critério de definição exclusivamente da Coordenação de Engenharia, baseando-se em preceitos normativos, será aceito o tratamento de dados por homogeneização de fatores.

5.7.2. Deverão ser observadas todas as normas técnicas estabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relacionadas à execução dos serviços e referentes à qualidade e procedimentos de execução; em especial as normas ABNT NBR 14653-1 - Avaliação de bens Parte 1: Procedimentos gerais; ABNT NBR 14653-2 - Avaliação de bens Parte 2: imóveis urbanos; e MAV – Manual de avaliações de bens imóveis do Estado do Espírito Santo.

5.7.3. Como regra deve ser sempre utilizado o método comparativo de dados de mercado. A adoção de outra metodologia deve ser sempre justificada nos laudos de avaliação e somente será admitida nos trabalhos realizados mediante anuência da Coordenação de Engenharia – COEN.

5.7.4. A área construída do avaliando para fins da execução do Laudo deverá preferencialmente ser calculada com base no projeto de arquitetura ou escritura do imóvel. Caso inexistir o projeto, a contratada deverá providenciar um breve memorial e croqui simples dos ambientes analisados, bem como uma forma de comprovar os dados apresentados.

5.7.5. Para fins de comparação de dados de mercado entre variáveis que dependam da área do imóvel, deve-se sempre que possível optar pela utilização da área útil. Deve-se justificar no laudo a forma de obtenção das áreas dos dados amostrais e o conceito de área adotado.

5.7.6. Não será aceita a utilização de nenhum método de atualização de preços.

5.7.7. Não serão consideradas as referências de mercado (elementos amostrais) comercializadas e/ou em oferta com prazo superior a 12 (doze) meses da data da elaboração do laudo.

5.7.8. Os valores adotados nas avaliações devem, a princípio, coincidir com o valor da estimativa de tendência central ou com o valor ajustado na curva de regressão, cabendo ao avaliador, entretanto, defini-lo, dentro do seu campo de arbítrio, em função de aspectos como: características do imóvel não contempladas no modelo, situação do mercado imobiliário, conjunturas econômicas, tipologia da amostra coletada e outros que forem justificáveis.

5.7.9. Devem ser feitas considerações específicas no caso de serem obtidos apenas dados de oferta para comparação.

5.7.10. A não adoção do valor da estimativa de tendência central deve ser sempre justificada pelo avaliador.

5.7.11. CASOS ESPECÍFICOS

- 5.7.11.1. Quando for necessária a avaliação de benfeitorias junto com o valor do terreno ou terra nua, utilizar preferencialmente o Método Evolutivo.
- 5.7.11.2. E em casos específicos por falta de amostra compatível com o avaliando pode ser utilizado o método evolutivo, observando as seguintes condições:
- 5.7.11.2.1. Para determinar o valor das benfeitorias, deve-se utilizar, preferencialmente, o Método da Quantificação de Custo.
- 5.7.11.2.2. Para as benfeitorias tipo edificações, deve-se adotar o custo de reedição.
- 5.7.11.2.3. Para as demais benfeitorias, pode-se adotar o custo de reprodução.
- 5.7.11.2.4. Para determinação do custo de reprodução das benfeitorias, poderá utilizar de tabelas de órgãos oficiais, como IOPES, SINAPI, entre outros, devidamente descrito no laudo e justificando a escolha do índice.
- 5.7.11.2.5. Para determinação do valor de um bem imóvel pode ser utilizada uma conjugação de métodos, a partir da definição do valor de mercado do terreno, considerado hipoteticamente como se desocupado estivesse, pelo método comparativo de dados de mercado, e a ele agregar o valor do custo de reprodução das benfeitorias, incluindo o custo financeiro dos recursos investidos nas benfeitorias e considerando a eventual depreciação.
- 5.7.11.2.6. O valor de mercado do bem poderá ser definido fazendo-se considerações sobre aspectos diversos, como sua adequação, e, necessariamente, com a aplicação de um Fator de Comercialização devidamente justificado, admitindo-se que pode ser maior ou menor que a unidade.
- 5.7.11.2.7. Nos casos de avaliação através do custo de construção ou reprodução das benfeitorias, naquilo em que for aplicável deve ser utilizado o CUB – Custo Unitário Básico da Construção Civil, de acordo com a região pesquisada.
- 5.7.11.2.8. A não utilização do CUB deve ser devidamente justificada.
- 5.7.11.2.9. Para a determinação dos custos de reedição, adotar preferencialmente a depreciação do bem conforme metodologia consagrada por Ross-Heidecke. A utilização de outra metodologia de depreciação deve ser devidamente justificada.

5.7.12. CASOS ESPECIAIS:

5.7.12.1. Imóveis ocupados e/ou não regularizados:

5.7.12.1.1. No caso de imóveis não regularizados e/ou irregularmente ocupados, em que não seja possível aferir a influência dessa situação no valor de mercado, em face da dificuldade de elementos comparativos em condições similares, a avaliação deve considerar o imóvel hipoteticamente desocupado e regularizado.

5.7.12.1.2. Em todos os casos, entretanto, tal ocorrência deve ser explicitada no laudo, e informado ainda, de maneira clara, o que foi efetivamente considerado para efeito de avaliação.

5.7.12.2. Existência de áreas de construção não averbadas:

5.7.12.2.1. Na ocorrência de edificação com a área total ou parcial não averbada no Registro de Imóveis, caso a propriedade possua registro em cartório, a avaliação deve considerar tanto as áreas averbadas e quanto as não averbadas.

5.7.12.2.2. O avaliador deve considerar, sempre que possível, as implicações no valor da não averbação da área construída total ou parcial do imóvel, desde que haja, para tanto, indicativos de mercado. Todas as benfeitorias e áreas de construção existentes no imóvel devem ser avaliadas.

5.7.12.3. Imóvel com características intrínsecas hipotéticas:

5.7.12.3.1. Na avaliação do imóvel considerado com características intrínsecas hipotéticas não correspondentes à sua realidade, independentemente da situação paradigma hipotética que venha a ser indicada, o imóvel avaliando deve ser normalmente caracterizado em seus aspectos extrínsecos, no que se refere às suas características reais atuais, ligadas à cidade, região, logradouro e mercado em que se insere.

5.7.12.3.2. No laudo de avaliação deve ser caracterizado o imóvel intrinsecamente, como é considerado para efeito de avaliação, registrando-se em “Pressupostos e condições limitantes da avaliação” que se trata de avaliação com base em situação paradigma, identificando-a, e informando quais foram os subsídios utilizados para caracterização do objeto.

5.7.12.3.3. Independentemente da situação paradigma apontada, devem ser resumidamente descritas as características intrínsecas reais do imóvel que tenham sido verificadas, inclusive, quanto à existência de qualquer restrição grave que venha a ser verificada, tais como, vícios construtivos graves, falta de estabilidade e solidez ou falta de condições de habitabilidade.

5.7.12.3.4. Os registros fotográficos, inclusive do imóvel tal como se encontra, compõem o laudo de avaliação, independentemente, da situação paradigma hipotética que venha a ser adotada.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.2. ATRIBUIÇÕES DOS GESTORES E FISCAIS DO CONTRATO

6.2.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e pelo(s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.2.2. Sem prejuízo das atribuições previstas na legislação vigente e na Norma de Gestão de Contratos do MPES, o gestor e os fiscais deverão exercer as funções definidas nos subitens seguintes.

6.2.3. As atribuições aqui definidas de forma nenhuma substituem, reduzem ou retiram a exclusiva responsabilidade da CONTRATADA de fiscalizar a realização dos trabalhos e todas as suas implicações por parte de seus empregados.

6.2.4. ATRIBUIÇÕES DO FISCAL TÉCNICO

6.2.4.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.2.4.2. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117).

6.2.4.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.2.4.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.2.4.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.2.5. ATRIBUIÇÕES DO FISCAL ADMINISTRATIVO

6.2.5.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.2.5.2. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.2.6. ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DO CONTRATO

6.2.6.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.2.6.2. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.2.6.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.2.6.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.2.6.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.2.6.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.2.6.7. Caso não tenha sido designado fiscais para o contrato as atribuições a eles relacionadas serão realizadas pelo gestor do contrato.

6.2.7. PREPOSTO DA CONTRATADA

6.2.7.1. Não se aplica à presente contratação.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO, RECEBIMENTO E SANÇÕES

7.1. CONDIÇÕES GERAIS

7.1.1. As composições analíticas de preços unitários seguiram a referência das bases TCPO e ORSE no caso da remuneração do deslocamento e a da base DER-ES na remuneração do laudo. O BDI aplicado está detalhado em cada composição conforme referência ao modelo de planilha para serviços de consultoria do DER-ES

7.1.2. As tipologias das avaliações previstas nessa contratação são referentes a imóveis urbanos: Terrenos (lotes ou glebas), casas, apartamentos, escritórios (salas ou andares corridos), vagas de garagem, lojas, galpões e prédios.

7.1.3. O uso pode ser residencial, comercial, industrial, institucional ou misto. A remuneração e o prazo para execução do serviço discriminado em cada Ordem de serviço obedecerão aos seguintes **critérios**:

7.2. CRITÉRIO DE REMUNERAÇÃO

7.2.1. A remuneração por cada laudo de avaliação será resultado do somatório de três componentes, a saber:

7.2.1.1. um valor fixo, correspondente aos honorários do serviço de elaboração de vistoria e laudo;

7.2.1.2.um valor variável, correspondente ao custo de deslocamento; e

7.2.1.3.o reembolso da taxa de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de responsabilidade técnica (RRT) referente ao serviço prestado em cada laudo. (IMPORTANTE: a licitante deverá ajustar o valor da proposta de acordo com o conselho profissional a que pertence. Valor CREA 2024: R\$ 99,64, Valor CAU 2024: R\$ 119,61).

7.2.2.As composições unitárias dos dois primeiros componentes supracitados da remuneração estão apresentadas no ANEXO I.

7.2.3.Vale destacar que o valor ensejado para a elaboração de Laudos inclui todos os custos necessários para a realização do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, alimentação, pedágio, manutenção, diária/pernoite, deslocamentos de pessoal, fotos, despesas com Anotações de Responsabilidade Técnica (ART ou RRT) junto ao CREA / CAU (por Laudo solicitado) e quaisquer outros custos ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre os serviços.

7.3.VALORES DO HONORÁRIOS:

7.3.1.Tendo como base a **tabela 1**, serão feitas algumas considerações sobre a remuneração dos laudos que utilizam o mesmo modelo estatístico.

7.3.2.**Tabela 1 - Cálculo de percentual de trabalho executado** (Fonte: MAV - Manual de avaliações de bens imóveis do Estado do Espírito Santo — CAI/SEGER).

ITEM	ETAPAS DO SERVIÇO	ÍNDICE (PERCENTUAL)
1	Vistoria	25%
2	Pesquisa de Mercado	30%
3	Tratamento de Dados	10%
4	Redação do Laudo	30%
5	Editoração e Entrega do Trabalho	5%

Esta tabela será utilizada com base nos valores referenciais utilizados pela Administração e conforme as tipologias de serviço, sendo vedado o pagamento integral por atividades parciais.

7.3.3.Para os casos de avaliação de imóveis envolvendo 2 (dois) ou mais laudos que utilize **uma pesquisa** de dados de mercado com aproveitamento de 80% ou mais dos dados de mercado de uma avaliação anterior realizada nesta contratação, a remuneração dos honorários, para os laudos adicionais utilizando a mesma pesquisa de mercado, será aplicado um coeficiente de 0,70 sobre o item 1.1.2 da planilha orçamentária contida no anexo I, ou seja, corresponderá a 70% do valor do primeiro laudo.

7.3.4.Caso seja realizada 2 (duas) avaliações no mesmo imóvel com finalidades diferentes (locação e valor venal do imóvel), que não necessite de uma nova vistoria (25 %) e será aproveitado parte da redação do laudo (10%), será aplicado um coeficiente de 0,65 sobre o item 1.1.2 da planilha orçamentária contida no anexo I, ou seja, corresponderá a 65% do valor do primeiro laudo.

7.3.5.AVALIAÇÃO DE TERRENOS: Para os casos de avaliação de terrenos sem quaisquer edificações ou benfeitorias relevantes, será aplicado um desconto **de 10%**, sobre o valor do item 1.1.2 da planilha orçamentária, referente ao grau de complexidade da atividade de Vistoria. Com base na **Tabela 1** (supra), verifica-se que o item vistoria corresponde a 25% dos trabalhos de avaliação. Nesse sentido, como a vistoria de um terreno é menos complexa que a vistoria de uma edificação, será adotado um desconto de 10% sobre o item 1.1.2. da planilha orçamentária.

7.4.REMUNERAÇÃO DOS DESLOCAMENTOS:

7.4.1.Os honorários pelos serviços prestados serão acrescidos da remuneração pelo deslocamento conforme segue:

7.4.1.1.Dentro dos municípios da Região Metropolitana da Grande Vitória (exceto Guarapari e Fundão), não haverá remuneração de deslocamento;

7.4.1.2.Para efeito do cálculo do custo de deslocamento, será considerada a **distância em quilômetros (km), ida e volta**, entre a Sede da PGJ (Procuradoria Geral de Justiça — Ministério Público do Estado do Espírito Santo, situada à Rua Procurador Antônio Benedicto Amancio Pereira, nº 121 Bairro Santa Helena - Ed. Promotor Edson Machado - Vitória - ES - CEP: 29055-036) e o (s) local (is) do (s) imóvel (is) avaliando (s), medido através do software Google Earth ou do Google Maps ou similares.

7.4.1.3.Caso seja realizada avaliação em duas cidades distintas o deslocamento será calculado em uma rota única. Exemplo: Vitória - Colatina, Colatina - Linhares e Linhares - Vitória.

7.4.1.4.Caso as ferramentas supracitadas apresentem mais de um caminho disponível, será considerada a menor distância disponibilizada;

7.4.1.5.Mesmo que a empresa credenciada esteja estabelecida em outro Município do Espírito Santo ou até mesmo em outro Estado, a distância será calculada conforma supraestabelecido;

7.4.1.6.Havendo mais de um imóvel para ser avaliado numa mesma Ordem de Serviço (O.S.), será realizada uma rota através do software Google Earth ou do Google Maps ou similares, considerando os locais de todos os imóveis constantes na respectiva O.S.

7.5.PRAZO PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

7.5.1.O prazo de execução dos Laudos (entrega dos Laudos) será definido em função do montante de edificações a serem analisadas, seguindo a seguinte ordem:

7.5.1.1.Até o quantitativo de 2 (dois) Laudos: 10 (dez) dias úteis;

7.5.1.2.Acima de 3 (três) Laudos a serem confeccionados: 15 (quinze) dias úteis.

7.6.FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS LAUDOS

7.1.7. Os laudos técnicos deverão ser apresentados da seguinte forma:

7.6.1.1.Digital com assinatura digital autenticada e válida.

7.6.1.2.Para as fotos anexadas ao Laudo, deverão ser coloridas, com resolução mínima de 1200x1200 ppp (pontos por polegada);

7.6.2.As planilhas elaboradas deverão ser apresentadas da seguinte forma:

7.6.2.1.Em meio digital, em formato “.xls” ou “.xlsx” (Microsoft Excel) e “.pdf”.

7.7.DO RECEBIMENTO

7.7.1.Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias pelos fiscais técnico e administrativo ou, na ausência destes, pelo gestor do contrato, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133/2021).

7.7.2.O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços ou da entrega dos bens/materiais a que se referem a parcela a ser paga.

7.7.3.O fiscal técnico do contrato, quando for o caso, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.7.4.O fiscal administrativo do contrato, quando for o caso, realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7.5.Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico ou gestor do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.7.6.O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.7.7.A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

7.7.8.O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis, quando for o caso.

7.7.9.Os serviços ou materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.7.10.Os serviços serão recebidos definitivamente, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.10.1.Quando aplicável, emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas.

7.7.10.2.Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções.

7.7.10.3.Emitir, quando for o caso, Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos bens/materiais ou serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.7.10.4.Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.10.5.Envia a documentação pertinente ao setor competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.7.11.No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7.12.Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7.13.O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e qualidade do material ou pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.8.DA LIQUIDAÇÃO

7.8.1.Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.8.2.O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.8.3.Para fins de liquidação, o gestor deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.8.3.1.a) o prazo de validade;

7.8.3.2.b) a data da emissão;

7.8.3.3.c) os dados do contrato e do órgão contratante;

7.8.3.4.d) o período respectivo de execução do contrato;

7.8.3.5.e) o valor a pagar; e

7.8.3.6.f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.8.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.8.5. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio da documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.8.6. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.8.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.8.8. Persistindo a irregularidade, o contratante poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.8.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

7.9. PRAZO DE PAGAMENTO

7.9.1. O pagamento será efetuado, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.9.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, nos termos estabelecidos pela minuta de contrato.

7.10. FORMA DE PAGAMENTO

7.10.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.10.3. Quando o pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.10.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.10.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.11. DO REAJUSTE

7.11.1. Considerando a previsão da Lei nº 14.133/2021, Art. 25, § 7º, que torna obrigatória a previsão de cláusula de reajuste nos contratos celebrados, independentemente do prazo de vigência, ante a possibilidade de atrasos de execução e prorrogações que ensejem a superação da periodicidade que autoriza a aplicação do reajuste, mesmo nos contratos previstos nesta contratação com duração de 1 (um) ano, conforme o caso, os preços poderão ser reajustados após o interregno de um ano, contado da data do orçamento estimativo, a pedido da contratada, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), divulgado pelo IBGE, pelo contratante.

7.12. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.12.1. Caso a CONTRATANTE, por meio de apuração em procedimento administrativo e resguardados os direitos da ampla defesa e do contraditório, conclua ter havido cometimento de atrasos ou irregularidades na execução contratual por parte da CONTRATADA, serão aplicadas as penalidades de multa moratória conforme especificado a seguir, sem prejuízo das demais penalidades previstas na minuta de contrato e legislação correlata.

7.12.2. **Multa:** (1) moratória de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso injustificado, até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato ou sobre o saldo reajustado não atendido, caso o contrato encontre-se parcialmente executado.

7.12.3. A aplicação de quaisquer penalidades não exime a CONTRATADA da obrigação de efetuar, sempre que possível, as correções necessárias na prestação dos serviços.

8. LISTA DE ANEXOS

8.1. ANEXO I – PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTOS E COMPOSIÇÕES

9. MATRIZ DE RESPONSÁVEIS:

Responsáveis	Nome	Matrícula	ART/RRT
Documento de Formalização da Demanda COEN 1687602	Kerley Merlo Sibien	7138	-
Análise de Riscos COEN 1687603	Kerley Merlo Sibien	7138	-
Elaboração da Justificativa	Kerley Merlo Sibien	7138	-
Elaboração da Especificação	Gilson Calegari Filho	3097	-
Elaboração do Quantitativo	Gilson Calegari Filho	3097	-
Elaboração Termo de Referência - Projeto Básico	Gilson Calegari Filho	3097	-

Vitória-ES, 13 de dezembro de 2024.



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Calegari Filho, Agente Técnico - Engenheiro Civil**, em 13/12/2024, às 12:58, conforme art. 4º, da Portaria PGJ nº 92/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpes.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1834292** e o código CRC **00EECAAA**.

ANEXO II

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1 DA HABILITAÇÃO

Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, conforme estabelece o item 9 do Edital e estar **com prazo vigente**, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade. Os documentos enviados estarão sujeitos à consulta quanto à veracidade, a critério exclusivo da CPL/MPES. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documento em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

1.1.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

1.1.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.1.3 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

1.1.4 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.5 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução [Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

1.1.6 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

1.1.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

1.1.8 Ato de autorização para o exercício da atividade de _____ (preencher - especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por _____ (preencher - especificar o órgão competente) nos termos do art. ____ da _____ (preencher Lei/Decreto) nº ____/____ (preencher).

1.1.9 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

1.2 HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

1.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

1.2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

1.2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

1.2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

1.2.5 Prova de regularidade com a Fazenda Pública Municipal da sede da licitante.

1.2.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual (onde for sediada a empresa e a do Estado do Espírito Santo, quando a sede não for deste Estado).

1.2.7 Caso o objeto contratual venha a ser cumprido por filial da licitante, os documentos exigidos neste item também deverão ser apresentados pela filial executora do contrato, sem prejuízo para a exigência de apresentação dos documentos relativos à sua matriz.

1.2.8 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

1.2.9 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

1.2.10 Nos casos de microempresas, empresas de pequeno porte ou equiparadas, não se exige comprovação de regularidade fiscal para fins de habilitação, mas somente para formalização da contratação, observadas as seguintes regras:

1.2.10.1 A licitante deverá apresentar, à época da habilitação, todos os documentos exigidos para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresentem alguma restrição.

1.2.10.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal ou trabalhista, é assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

1.2.10.3 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período.

1.2.10.4 Em caso de atraso por parte do órgão competente para emissão de certidões comprobatórias de regularidade fiscal, ou trabalhista, a licitante poderá apresentar à Administração outro documento que comprove a extinção ou suspensão do crédito tributário, respectivamente, nos termos dos arts. 156 e 151 do Código Tributário Nacional, acompanhado de prova do protocolo do pedido de certidão.

1.2.10.5 Na hipótese descrita no inciso anterior, a licitante terá o prazo de 10 (dez) dias, contado da apresentação dos documentos a que se refere o parágrafo anterior, para apresentar a certidão comprobatória de regularidade fiscal ou trabalhista.

1.2.10.6 O prazo a que se refere o item anterior poderá, a critério da Administração Pública, ser prorrogado por igual período, uma única vez, se demonstrado pela licitante a impossibilidade de o órgão competente emitir a certidão.

1.2.10.7 A formalização da contratação fica condicionada à regularização da documentação comprobatória de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos dos incisos anteriores, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções legais, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes e com elas contratar, observada a ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.3 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

1.3.1 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

1.3.2 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133/2021, art. 69, caput, e inciso II](#) ou certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar do procedimento licitatório, conforme Acórdão de Relação TCU 8271/2011-Segunda Câmara;

1.4 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Deverá ser apresentada a documentação de qualificação técnica exigida conforme item 3.3 do termo de referência, anexo I do edital.

1.5 DA COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (modelo Anexo V).

1.6 DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (Modelo Anexo IV).

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2025 ANEXO III MODELO DE PROPOSTA

Formulamos Proposta Comercial, de acordo com todas as condições da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico.

Pregão Eletrônico nº 90001/2025	
Abertura Pública dia 00/00/2025	
Fornecedor:	E-mail:
CNPJ: Insc. Estadual:	Banco:
Endereço: Bairro:	Agência:
CEP: Cidade: Estado:	Conta Corrente:
Telefone: Email:	

Item	Descrição	Unidade	Quantidade
1.1	Laudos de Avaliação de Imóveis de Edificações e Terrenos		
1.1.1	DESLOCAMENTO DE EQUIPE TÉCNICA	KM	7200
	Elaboração de laudos de avaliações modelo completo, com valores de terrenos e edificações individualizados, de acordo com a NBR - 14.653-02 e demais normas pertinentes.		
1.1.2	(OBS.: Para os casos de avaliação de terrenos sem quaisquer edificações ou benfeitorias relevantes, será aplicado um desconto de 10%, sobre o valor desse item da planilha orçamentária, referente ao grau de complexidade da atividade de Vistoria, conforme descrito no item 7.3.5 do Termo de Referência.)	und	18
1.1.3	Anotação de Responsabilidade Técnica/Registro de responsabilidade técnica	Unidade	18
TOTAL GERAL DOS LAUDOS DE AVALIAÇÃO			

1 - Outras informações que compõem a proposta:

- 1.1- Descrição completa dos produtos/serviços;
1.3- Quantidade mínima e máxima a serem fornecidas;
1.4- Valores unitário, máximo e global do lote;
1.5- Prazo de validade da proposta: conforme Edital;
1.6 – Prazo de entrega: conforme Edital;
1.7 – Prazo de Garantia: conforme o Edital
1.8 - Os preços propostos incluem todas as despesas diretas, indiretas, impostos, benefícios, tributos, contribuições, seguros, transporte, licenças e outros custos relacionados com o fornecimento, de modo a se constituírem à única e total contraprestação pelo fornecimento dos produtos.
1.9 - Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas.

Atenciosamente,

Identificação e Assinatura do Representante Legal/Carimbo

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90001/2025
ANEXO IV (MODELO)**

DADOS COMPLEMENTARES PARA EMISSÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

DADOS DO REPRESENTANTE DA EMPRESA QUE ASSINARÁ A ATA

NOME:.....
Nº C.I.:.....ÓRGÃO EMISSOR.....UF:.....
Nº CPF:NACIONALIDADE:.....
PROFISSÃO:.....ESTADO CIVIL:.....
ENDEREÇO RESIDENCIAL:
TELEFONE:..... E-MAIL:.....

DADOS PARA CADASTRO DA PESSOA JURÍDICA

RAZÃO SOCIAL COMPLETA:
CNPJ:.....

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA:

CEP:

TELEFONE:..... E-MAIL:

BANCO:..... AGÊNCIA:..... DIG/VER: NÚMERO DA CONTA:.....

Vitória.....de de

ASSINATURA E CARIMBO

**ANEXO V
(MODELO)**

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços MP n.º ____/20xx
Processo n.º XX.XX.XXXX.XXXXXXX/XXXX-XX
ID TCEES n.º XXXX.XXXXXXXX.XX.XXXX
Pregão Eletrônico n.º ____/20xx

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**, inscrito no CNPJ sob o n.º 02.304.470/0001-74, com sede na Rua Procurador Antônio Benedito Amâncio Pereira, 121, Santa Helena, CEP 29055-036, Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, **Francisco Martínez Berdeal**, portador da CI n.º ____, inscrito no CPF sob o n.º ____, considerando o julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS**, sob n.º ____/20xx, publicada no DIOES e DIMPES do dia ____/____/20xx, bem como, a classificação das propostas publicada no DIMPES de ____/____/20xx, e a respectiva homologação conforme Decisão PGJ ASAD n.º ____, do processo n.º XX.XX.XXXX.XXXXXXX/XXXX-XX, **RESOLVE** registrar os preços da empresa (**Razão Social da CONTRATADA**), inscrita no CNPJ sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, localizada na (endereço completo da CONTRATADA), neste ato representado por (Nome do Representante qualificado para assinar), portador da CI (n.º - órgão expedidor - Estado), inscrito no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, (qualificação), residente e domiciliado na (endereço do representante), nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, e regido pelas Lei Federal n.º 14.133/2021, demais normas pertinentes e em conformidade com as disposições a seguir.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para contratação de empresa especializada na **prestação de serviços técnicos profissionais em avaliações de bens imóveis (e demais serviços correlatos), através de elaboração de laudos de avaliação de imóvel urbano, em modelo completo, com base na ABNT NBR 14653**, de acordo com as condições e quantitativos constantes do Anexo Único desta ARP e Anexo I do Edital de Pregão Eletrônico n.º 90001/2025, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, conforme consta nos autos do processo n.º XX.XX.XXXX.XXXXXXX-XXXX-XX.

2 CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 Os preços a serem pagos serão aqueles definidos no Anexo Único desta Ata de Registro de Preços, e nele estão incluídas todas as espécies de tributos, diretos e indiretos, encargos sociais, seguros, fretes, material, mão-de-obra e quaisquer despesas inerentes à compra.

2.2 Os preços contratados são fixos e irrevogáveis, ressalvado o disposto na Cláusula Terceira deste instrumento.

2.3 A existência de preços registrados não obrigará a Administração a firmar contratações que deles poderão advir, facultada a realização de licitação específica ou a contratação direta para a aquisição pretendida nas hipóteses previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, mediante fundamentação, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2.4 A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO DO PREÇO PRATICADO NO MERCADO E DO REEQUILÍBRIO DA EQUAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

3.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

3.1.1 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021;

3.1.2 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.1.3 Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021.

3.1.3.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação.

3.1.3.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

3.2 NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

3.2.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

3.2.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.2.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

3.2.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.2.5 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

3.2.5.1 Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

3.2.6 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 4.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei n.º 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

3.2.7 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.11.

3.3 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 3.2.1 e no item 3.2.2, o órgão ou entidade gerenciadora poderá atualizar o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

4 CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

4.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

4.1.2 Não receber a Ordem de Fornecimento, nota de empenho, ou instrumento equivalente, ou, ainda, quando não assinar o contrato, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

4.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no inciso I do art. 99 da Portaria PGJ 1.133, de 2023 ou

4.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

4.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 13.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

4.3 Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

4.4 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

4.4.1 Por razão de interesse público;

4.4.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

4.4.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

4.5 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será efetivada através de publicação na imprensa oficial, considerando-se cancelado o preço registrado, a contar do terceiro dia subsequente ao da publicação.

4.6 A solicitação, pelo fornecedor, de cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, instruída com a comprovação dos fatos que justificam o pedido, para apreciação, avaliação e decisão da Administração.

5 CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

6 CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA

6.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à publicação do extrato da ARP no Diário Oficial do Ministério Público do Estado do Espírito Santo e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, na forma do art. 84, da Lei n.º 14.133/2021.

6.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, ordem de fornecimento ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.3 O prazo de vigência das contratações decorrentes desse Registro de Preços formalizadas por ordem de fornecimento ou nota de empenho apresentará como termo inicial o recebimento do documento, e como termo final o recebimento definitivo dos serviços ou materiais pela Administração, observados os limites e prazos de entrega fixados no Termo de Referência, Anexo do Edital de Pregão Eletrônico n.º 90001/2025, e sem prejuízo para o prazo mínimo de garantia dos produtos adquiridos.

6.4 Sendo a contratação formalizada por contrato, o prazo de vigência será estabelecido no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.5 O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.7 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

6.7.2 Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

6.7.2.1 Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

6.7.2.2 Mantiverem sua proposta original.

6.7.3 Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8 O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10 A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.7.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

6.10.1 Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

6.10.2 Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços.

6.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

6.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 6.7.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

6.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

6.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

7 CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas inerentes a esta Ata correrão à conta das respectivas dotações orçamentárias dos órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta que aderirem à contratação e serão especificadas ao tempo da emissão da Ordem de Fornecimento.

8 CLÁUSULA OITAVA – DA EMISSÃO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

8.1 A emissão do contrato ou da Ordem de Fornecimento constitui o instrumento de formalização da aquisição e/ou prestação dos serviços com os fornecedores, devendo o seu resumo ser publicado, em conformidade com os prazos e meios estabelecidos na Lei Federal n.º 14.133/2021.

8.2 No caso de emissão do contrato, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para assinar o contrato no prazo de até 03 (três) dias úteis, sujeitando-se às sanções previstas neste instrumento em caso de negativa.

8.3 A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, quando solicitado pelo licitante classificado, durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.

8.4 No caso do contrato ser substituído pela Ordem de Fornecimento, a mesma será encaminhada ao fornecedor juntamente com o empenho, por meio eletrônico, ao endereço de e-mail indicado pelo licitante.

8.4.1 Nesta hipótese os prazos de entrega ou prestação do serviço estabelecidos no Termo de Referência contarão da data de envio do documento ao endereço de e-mail indicado pelo licitante.

8.5 Se o licitante classificado em primeiro lugar se recusar a assinar o contrato ou receber a Ordem de Fornecimento ou se não dispuser de condições de atender integralmente à necessidade da Administração, poderá a Ordem de Fornecimento ser expedida para os demais proponentes cadastrados que concordarem em fornecer os produtos ao preço e nas mesmas condições do primeiro colocado, observada a ordem de classificação.

9 CLÁUSULA NONA – DAS ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1 As especificações, prazos, quantitativos e condições de execução do objeto pela CONTRATADA são aqueles previstos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA/ASSISTÊNCIA TÉCNICA

10.1 Os materiais/bens entregues/serviços prestados, objeto desta ata de registro de preços, terão garantia/validade, e assistência técnica na forma especificada no Termo de Referência, Anexo do Edital.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

11.1 Compete à CONTRATADA:

11.1.1 Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Anexo do Edital, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

11.1.2 Efetuar a entrega dos bens/materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência, Anexo do Edital.

11.1.3 Executar os serviços conforme especificações, prazos e condições, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas no Termo de Referência, Anexo do Edital.

11.1.4 Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, de acordo com o estabelecido na Lei n.º 14.133/2021 e alterações.

11.1.5 Não disponibilizar empregados, em funções de chefia, que incidam nas vedações dos artigos 1º e 2º da Resolução n.º 177, de 05 de julho de 2017, do Conselho Nacional do Ministério Público.

11.1.6 Observar as demais disposições presentes no Termo de Referência, Anexo do Edital.

11.2 Compete ao CONTRATANTE:

11.2.1 Receber e atestar o serviço ou material efetivamente fornecido, de acordo com as cláusulas do contrato;

11.2.2. Recusar o serviço ou material que for entregue em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela contratada;

11.2.3 Pagar à CONTRATADA o preço estabelecido na Cláusula Segunda, de acordo com a efetiva entrega e aceite do serviço ou material, no prazo estabelecido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências previstas nos termos deste contrato;

11.2.4 Prestar à CONTRATADA, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à execução do objeto do Contrato;

11.2.5 Nomear Gestor do Contrato para acompanhar e fiscalizar a execução da ata e dos instrumentos contratuais, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e suas alterações;

11.2.6 Designar comissão de, no mínimo, 3 três membros, na hipótese do art. 140 da Lei n.º 14.133/2021, responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos produtos/serviços adquiridos;

11.2.7 Comunicar à CONTRATADA, por escrito, a ocorrência de eventuais falhas ou imperfeições na entrega dos bens/materiais ou na execução dos serviços, fixando prazo para sua correção, e aplicar as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas, neste instrumento, no edital ou no aviso de contratação direta.

12.1.1 As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata

12.2 Comete infração administrativa, nos termos da [Lei n.º 14.133, de 2021](#), o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato ou documento equivalente;

b) der causa à inexecução parcial do contrato ou documento equivalente, que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato ou documento equivalente;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução contratual;

f) praticar ato fraudulento na execução contratual;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato ou documento equivalente, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

iv) **Multa**:

(1) **Multa moratória na forma e percentuais estabelecidos no Termo de Referência;**

(2) compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato ou documento equivalente, no caso de inexecução total do objeto;

12.4 A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5 Todas as sanções previstas neste documento poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.5.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7 Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.8 Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei n.º 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei n.º 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei n.º 14.133, de 2021](#))

12.10 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

12.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n.º 14.133/21.

12.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME n.º 26, de 13 de abril de 2022.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES E ADESÃO

13.1 A presente Ata poderá ser aditada, estritamente, nos termos previstos na Lei n.º 14.133/2021, após manifestação formal da Assessoria Administrativa do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

13.2 Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal **não** poderão aderir à ata de registro de preços

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS RECURSOS

14.1 Os recursos, representação e pedido de reconsideração, somente serão acolhidos nos termos dos artigos 165 a 168, da Lei n.º 14.133/2021 e alterações posteriores.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 A execução da ARP e eventuais ordens de fornecimento serão acompanhadas por gestor, designado representante da Administração nos termos do art. 117 da Lei n.º 14.133/2021, que deverá atestar a execução do objeto contratado, observadas as disposições desta ARP, do Termo de Referência e legislações correlatas, sem o que não será permitido qualquer pagamento.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n.º 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n.º 7.724, de 2012.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1 O MPES poderá exigir e a empresa licitante se compromete a fornecer a qualquer tempo, as composições de custos dos preços unitários propostos onde fiquem evidenciados os seus componentes, tais como: incidência de mão de obra, incidência e composição dos encargos sociais e previdenciários, incidência dos custos materiais, etc.

17.2 As relações entre o MPES e a empresa licitante serão por escrito, ressalvados os entendimentos verbais motivados pela urgência, que deverão ser confirmados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

17.3 Não constitui novação nem implica aceitação, renúncia ou consentimento, qualquer tolerância por uma das partes quanto à infração pela outra parte de cláusulas ou condições previstas neste ajuste, Termos Aditivos e Instrumentos Contratuais.

17.4 Aplicar-se-á a Lei n.º 14.133/2021, com as modificações posteriores e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado aos casos omissos do presente Contrato.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

18.1 Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir qualquer dúvida ou contestação oriunda direta ou indiretamente deste instrumento, renunciando-se, expressamente, a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente.



Documento assinado eletronicamente por **Eduardo da Silva Kruger, Pregoeiro(a)**, em 09/01/2025, às 16:59, conforme art. 4º, da Portaria PGJ nº 92/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpes.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1856271** e o código CRC **35131104**.
